

Formação e Prática Pedagógica Inclusiva no cotidiano da Educação Infantil no município de Vitória¹

HERNANDEZ-PILOTO, Sumika Soares de Freitas²
IESFAVI-PMV-PPGE-UFES

VICTOR, Sonia Lopes³
PPGE-UFES

Resumo: Em nossa investigação temos como objetivo analisar a formação e a prática pedagógica inclusiva realizada com as crianças do público alvo da Educação Especial no cotidiano da Educação Infantil no município de Vitória, a fim de promover o acesso, a permanência e a qualidade social dessas crianças na escola de educação infantil a partir da análise das práticas pedagógicas pela via da pesquisa-ação colaborativo-crítica. Nesse sentido, pretendemos potencializar o debate sobre inclusão e infância, a fim de propor práticas pedagógicas mediante a reflexão crítica com os docentes que atuam na Educação Infantil e Educação Especial, visando contribuir com a apropriação do conhecimento histórico, social e cultural. Para discorrermos sobre formação, práticas pedagógicas inclusivas, mediação pedagógica e atividade utilizaremos os estudos de Vigotski (2005), Leontiev (1978), Rocha (2002), Victor (2012), Mendes (2006, 2010), Oliveira (2007), Barroco (2007), Padilha (2000). Mediante a metodologia de pesquisa ação colaborativo-crítica fomentaremos a formação com os professores, nos contextos da Educação Infantil no município. Quando falamos do acesso e permanência, reconhecemos as crianças como sujeitos de direitos na Educação Infantil e, ampliamos o nosso debate na garantia de direitos sociais às crianças e em nosso caso de estudo, às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Palavras-chave: Educação Infantil. Práticas Pedagógicas Inclusivas. Formação de professores.

Introdução

O presente trabalho parte de uma escuta sensível ao longo dos últimos sete anos de participação ativa na gestão pública da educação infantil no município de Vitória-ES, ao acompanhar, monitorar e levantar proposições na área de Políticas Públicas voltadas para a

¹ Esse trabalho faz parte da pesquisa de doutorado, na linha Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas-PPGE-UFES, sob a orientação da Profª. Dra. Sonia Lopes Victor.

² Doutoranda em Educação-PPGE-UFES, na linha Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas; Coordenadora e professora no Curso de Pedagogia na IESFAVI-ES. Membro no Comitê Diretivo do MIEIB. Professora PEB, no município de Vitória-ES. Membro no Grupo de Pesquisa GRUPICIS/CAPES/CNPQ e ONEESP.

³ Professora Pós-doutora pela USP. Professora no Programa de Pós-graduação em Educação-PPGE/UFES na linha Diversidade e Práticas Educacionais Inclusivas. Coordenadora do NEESP/UFES, GRUPICIS e ONEESP.

infância sobre inclusão, trabalho docente, práticas pedagógicas, currículo, formação de professores e avaliação.

Em nossa investigação temos como objetivo analisar a formação e a prática pedagógica inclusiva realizada com as crianças do público alvo da Educação Especial no cotidiano da Educação Infantil no município de Vitória, a fim de promover o acesso, a permanência e a qualidade social dessas crianças na escola de educação infantil a partir da análise das práticas pedagógicas pela via da pesquisa-ação colaborativo-crítica.

Nesse sentido, pretendemos potencializar o debate sobre inclusão e infância, a fim de propor práticas pedagógicas mediante a reflexão crítica com os docentes que atuam na Educação Infantil e Educação Especial, visando contribuir com a apropriação do conhecimento histórico, social e cultural.

Acesso e permanência na Educação Infantil e Educação Especial

A Educação Infantil é dever do Estado e direito de todos, sem qualquer requisito de seleção e é a primeira etapa da educação básica, ofertada em creches, pré-escolas e centros de educação infantil como competência dos municípios. Ela atende a faixa etária de Creche : 0 a 3 anos e 11 meses e Pré-Escola: 4 a 5 anos e 11 meses. A matrícula na pré-escola é obrigatória a partir dos quatro anos completos até 31 de março.

A Educação Básica, envolvendo Educação Infantil, Ensino Fundamental e a articulação com a Educação Especial, passou por importantes alterações nas diretrizes políticas, no financiamento, nas práticas pedagógicas e, sobretudo, na ampliação da obrigatoriedade, com a aprovação da Emenda Constitucional N.º 59/2009, que altera a Constituição Federal, ampliando a obrigatoriedade de quatro aos dezessete anos e na Educação Especial, a aprovação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEE-EI) em 2008.

Segundo o documento “Marcos Políticos-Legais da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva” (BRASIL, 2010), foi com bases nestas matrizes que o Ministério Público Federal atuou extrajudicial e judicialmente em defesa da efetividade dos direitos da pessoa com deficiência, inclusive, produzindo documentos que serviriam de base para PNEE-EI de 2008.

Outros documentos dispararam o debate, tais como: o Decreto N.º 671/2008, que dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado - AEE; Resolução CNE/CEB N.º 004/2009, que institui as diretrizes operacionais para esse atendimento; e o Decreto N.º

7.611/2011, que revoga o decreto anterior e dispõe sobre a Educação Especial e o Atendimento Educacional Especializado.

Ao acompanhar o debate na Educação Infantil, não podemos esquecer que a obrigatoriedade não pode sobrepor ao debate da universalização do ensino público e a luta pela educação de qualidade socialmente referenciada em prol de nossas crianças. Assistimos na Educação Infantil, a dificuldade de financiamento e reconhecimento do atendimento de zero a três; e no trabalho com a Educação Especial, cindindo a concepção de o binômio cuidar e educar.

Tal fragilidade, expressa no andamento das políticas e, principalmente, no projeto de Lei N.º 8.035/2010 - Plano Nacional de Educação 2011/2012, em que na Meta 1 prevê:

universalizar até 2016, a Educação Infantil na pré-escola para as crianças de quatro a cinco anos de idade, e ampliar a oferta de Educação Infantil em creches de forma a atender, no mínimo cinquenta por cento das crianças de até três anos até o final da vigência deste PNE.

Cabe ressaltar, que o PNE de 2001, já apresentava a meta de cinquenta por cento no atendimento de zero a três anos.

É oportuno registrar que, no caso da Educação Infantil, falar de qualidade, necessariamente, é mostrar a existência da necessidade de ampliação da oferta, em especial para atendimento da população de até três anos e onze meses de idade, conforme podemos perceber na tabela abaixo.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	Até 3 anos			4 a 5 anos		
	População		Taxa que frequenta escola	População		Taxa que frequenta escola
	Total	Frequenta Escola		Total	Frequenta Escola	
Brasil	10.726.657	1.942.361	18,1%	5.765.405	4.196.976	72,8%
Norte	1.130.993	94.448	8,4%	631.735	407.289	64,5%
Nordeste	3.466.329	516.758	14,9%	1.823.225	1.447.498	79,4%
Sudeste	3.912.324	861.323	22,0%	2.112.598	1.619.705	76,7%
Sul	1.397.670	343.312	24,6%	765.337	454.956	59,4%
Centro-Oeste	819.341	126.520	15,4%	432.510	267.528	61,9%

Fonte Pnad/IBGE; Tabela elaborada pela DTDIE/Inep em 27/01/2010

Atualmente no Brasil, a instituição pública municipal é aquela que mais oferta Educação Infantil e a relação entre essa oferta e a desigualdade social faz-se presente, pois os recursos destinados a esse nível de ensino foi reduzido em relação ao do ensino fundamental, como destacam Ferreira e Côco (2011, p. 360) na citação a seguir.

Conforme dados apresentados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), o aporte financeiro dos municípios cresceu significativamente no período de 1995 a 2009, mas a grande surpresa é que o crescimento dos gastos dos municípios deu-se de forma mais substantiva no ensino fundamental, tendo-se reduzido o investimento na Educação Infantil em 3,1% no período, demonstrando como os marcos da obrigatoriedade carregam as decisões dos gestores.

Ao aliar os dados de monitoramento e ampliação das políticas de educacionais voltadas para a Educação Infantil, no cotidiano da escola, faz-se necessário aliar o debate das práticas pedagógicas e formação, uma vez que são [...] nas práticas cotidianas curriculares, que os docentes falam de sua identidade e profissionalidade, individual e coletiva (CARVALHO, 2005, p.97).

Uma série de estudos indica que é na Educação Infantil a etapa ideal para que alunos com deficiência sejam incorporados à escola no sentido do favorecimento de seu desenvolvimento e de sua aprendizagem. Nesse sentido, justifica-se a análise dos indicadores educacionais relativos à evolução de matrículas nessa etapa de ensino no período [2007-2010] (BUENO e MELETTI, 2011).

Diversos estudos apontam avanços no desenvolvimento das crianças com deficiência que tiveram oportunidades de iniciar um trabalho pedagógico na tenra idade. Muitos aspectos no desenvolvimento cognitivo, socioafetivo e motor podem ser favorecidos a partir de intervenções educacionais precoces. Entre esses estudos encontramos o de MENDES (2010) que define as creches como o marco zero da inclusão.

Parece não haver dúvidas de que uma das formas de garantir a inclusão de qualidade de alunos, público alvo da Educação Especial, no ensino regular é a de que ela ocorra o mais precocemente possível, ou seja, na Educação Infantil.

Tabela 1: Matrículas de alunos em geral e com deficiência na educação infantil (2007-2010)

Ano	Matrículas gerais na EI	Índice	Matrículas da Educação Especial na EI	Índice	%
2007	6.583,906	100	78.959	100	1,2
2008	6.785,000	103	93.342	118	1,4
2009	6.783,227	103	74.528	94	1,0
2010	6.756,698	102	69.441	88	1,0

Fonte:INEP

Na tabela anterior e a na tabela a seguir, podemos verificar que mesmo com a aprovação da PNEE-EI em 2008 e com a implementação da obrigatoriedade em 2009, temos observado a redução do número de crianças com deficiência na Educação Infantil, conforme análises de Bruno e Meletti (2011). Isso significa que a evolução da matrícula de alunos da Educação Especial não tem acompanhado a tendência das matrículas gerais.

Tabela 2 - Distribuição das matrículas de alunos com deficiência em creche e pré-escola (2007/2009)

Ano	Creche	Índice	%	Pré-escola	Índice	%	Total
2007	20.878	100	26,5	58.081	100	73,5	78.959
2008	23.437	112	25,1	69.905	120	74,9	93.342
2009	19.079	091	25,6	55.449	96	74,4	74.528

Fonte:INEP

Tal fato expressa as contradições das políticas em ação: o ideal é que a inclusão de alunos, público alvo da educação especial, seja efetivada o mais precocemente possível, mas as matrículas nessa etapa não acompanham, sequer a estagnação observada nas matrículas gerais nessa etapa de educação básica, nem o crescimento da própria área da Educação Especial.

Neste sentido, após os itens analisados, há três aspectos a serem evidenciados: à baixa incidência de matrícula de alunos com deficiência na educação infantil; à manutenção da

hegemonia dos sistemas segregados sobre os inclusivos e à distribuição das matrículas entre creche e pré-escola.

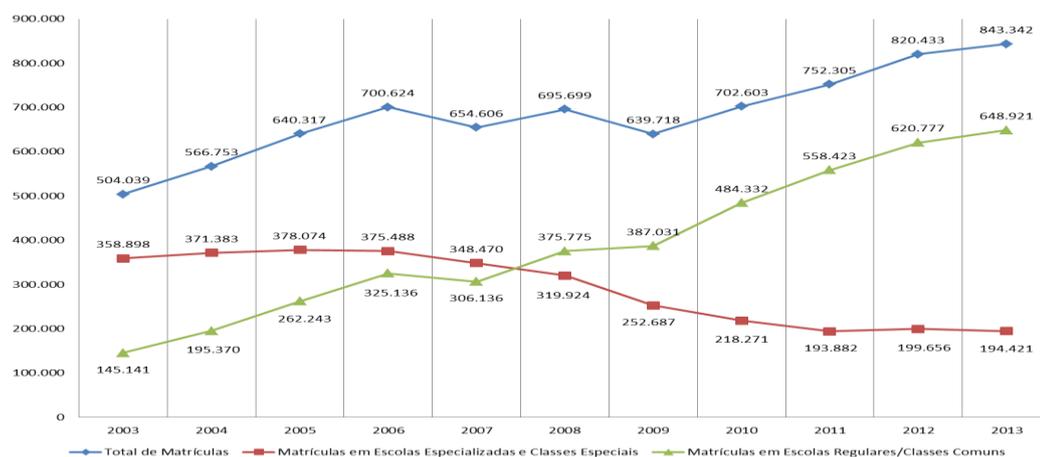
Podemos perceber que há pouca relevância das políticas educacionais voltadas para as crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na educação infantil.

Bueno (2011) afirma que há um grande incremento de matrículas de alunos, público alvo da Educação Especial, no ensino regular, porém concentrado no Ensino Fundamental.

Concordamos com Bueno (2011) ao afirmar que uma das formas possíveis de incremento é o estabelecimento de políticas federais que induzam a ampliação de matrículas dessas crianças nas creches e pré-escolas, tal como se fez nas políticas de indução da inclusão desses alunos no ensino fundamental em 2008.

Em 2014, a SEB e a SECADI/MEC implementam a ação de “Educação Infantil 100% inclusiva”, afirmando que a Educação Infantil configura-se como um ambiente privilegiado para a convivência com a diferença. As crianças, público alvo da Educação Especial, têm as mesmas necessidades básicas de afeto, cuidado, proteção, desejos, sentimentos e direitos das outras crianças. E que a inclusão na infância é amplamente reconhecida como um fator fundamental do desenvolvimento global da criança.

Tabela 3- Acesso das pessoas com deficiência na Educação Básica



Fonte: INEP/2014 cedido pelo MEC, evento Pró-Infância-Região Sudeste.

A tabela anterior indica uma queda gradual a partir de 2007 de matrículas efetivas nas escolas especializadas e classes especiais e um aumento de matrículas nas classes regulares comuns na Educação Básica.

Tal análise sinaliza o aumento de matrículas nas classes regulares comuns e maior necessidade de formação continuada com todos os profissionais da educação sobre a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

Quando falamos do acesso e permanência, reconhecemos as crianças como sujeitos de direitos na Educação Infantil e, ampliamos o nosso debate na garantia de direitos sociais às crianças e em nosso caso de estudo, às crianças com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação.

Formação e Práticas Pedagógicas Inclusivas

Em 2012, Victor realizou um estudo para analisar as produções acadêmicas que tiveram a escola de Educação Infantil e as crianças, público alvo da educação especial, como campo e sujeitos de investigação, respectivamente, tendo em vista seus processos de inclusão, pois tinha como tese, assim como Baptista (2006), que somente associando a descrição densa dos diferentes contextos de educação infantil à análise dos processos de inclusão é que teremos condições de compreender o atual momento da educação brasileira, especificamente, no que se refere à formação de professores na perspectiva da educação inclusiva.

Nesse sentido, a referida autora fez uma análise de trabalhos que deram início à investigação da inclusão das crianças, público alvo da educação especial, na educação infantil, os quais foram selecionados a partir de uma busca pela internet nos sites de algumas das Universidades Públicas Brasileiras, que estavam articulados a Programas de Pós-Graduação em Educação.

Entre os trabalhos analisados por Victor (2012) daremos destaques para o de Mendes (2006) e Oliveira (2007).

Mendes (2006) realizou um estudo em que objetivou conhecer como as educadoras de creche estão trabalhando em turmas nas quais existem crianças com deficiências sendo atendidas com os demais alunos de sua mesma faixa etária. Com os dados obtidos a autora concluiu que no cotidiano das creches investigadas acontecem práticas inclusivas e situações problemáticas que impõem barreiras às interações entre pares e ao processo de desenvolvimento e aprendizagem das crianças com deficiência, sobretudo, quando elas se encontram em situação de brincar livre, tornando-as mais vulneráveis. Os profissionais investigados têm dificuldade em oportunizar suporte para que as interações aconteçam.

Oliveira (2007) ao desenvolver sua pesquisa, sobre a inclusão na Educação Infantil, pela via da formação inicial e continuada de professores, destacou a mediação pedagógica do

professor no jogo infantil e como esse processo pode contribuir para a inclusão das crianças com deficiência. Para a autora, tanto as falas das professoras como as das estagiárias revelam concepções naturalizadas sobre criança e infância. Ao pesquisar sobre a concepção de Educação Infantil e inclusão escolar na pré-escola, sobretudo, as professoras e estagiárias consideravam a Educação Infantil como uma antecipação do processo de escolarização e quanto à construção do conhecimento pela criança nessa faixa etária, a escola ofertava conhecimentos compartimentalizados e em conteúdos disciplinares.

Nas duas pesquisas analisadas, as professoras apontavam a Educação Infantil para a criança, público alvo da Educação Especial, como um direito, porém esse parece estar condicionado apenas a sua inserção, porque os profissionais ainda não se sentiam aptos para efetuar o trabalho pedagógico, o qual garantiria, dentre outras ações, a sua permanência, aprendizagem e o seu desenvolvimento. Justifica-se assim a necessidade de investirmos na formação inicial e continuada dos professores da Educação Infantil e dos demais níveis e modalidades de ensino.

Nesse sentido, considerando os trabalhos analisados, há uma necessidade de debates e formações em torno do trabalho pedagógico. Para tanto, conforme Victor (2012), outros estudos ainda necessitam ser analisados para conhecermos possibilidades às crianças, público alvo da educação especial, na educação infantil, garantindo-lhes o direito ao acesso, à permanência e à qualidade social nesse nível de ensino.

Referencial Teórico-Methodológico

Nosso aporte teórico para analisar a formação e a prática pedagógica inclusiva realizada com as crianças do público alvo da Educação Especial no cotidiano da Educação Infantil é a abordagem histórico-cultura, formulada por Vigotski e os seus colaboradores. Para Vigotski, a mediação é uma categoria fundamental para se entender a ação humana e seu desenvolvimento (2005).

Quanto à temática sobre a atividade humana recorreremos a Leontiev (1978). Esse autor afirma que a atividade humana, alia a discussão da emoção e da atividade. Segundo Leontiev (1978) as ações humanas praticamente sempre realizam certo conjunto de relações: voltadas à sociedade e voltadas à própria pessoa. Assim, a atividade do trabalho é socialmente motivada, mas também é dirigida a motivos.

No cotidiano da Educação Infantil, a relação com os pares, as diferentes atividades, as diferentes linguagens que atravessam esse cotidiano estão sendo tecidas por todos e praticadas por aqueles que estão ali imersos.

Nesse sentido, o papel do professor é fundamental no processo de inclusão da criança público alvo da Educação Especial na Educação Infantil e em outros níveis e modalidades de ensino.

Por considerarmos que a diferença evidenciada por esse público está no processo histórico vivenciado por ele durante diferentes tempos e espaços, especialmente, pelas crianças de zero a seis anos, acreditamos que as mudanças de concepções e a implementação de práticas pedagógicas por meio de mediações sistemáticas e intencionais, tendo como meta a formação continuada do professor a partir de uma pesquisa-ação crítico-colaborativa e a utilização de diferentes recursos e apoios serão decisivos para a inclusão desse público, pois.

a escola só será inclusiva quando souber lidar com a diversidade na unidade; quando souber trabalhar pedagogicamente com diferenças e não tentando homogeneizá-las (ROCHA, 2002, p.68).

Nesse sentido Victor (2012) destaca que é

[..] fundamental o investimento na formação do professor numa perspectiva da constituição do professor crítico-reflexivo, tendo a pesquisa como eixo dessa formação aliada à ideia da concepção do trabalho docente de forma colaborativa (VICTOR, 2012, p. 82).

Para tanto, no processo de coleta de dados, partiremos da: a) escuta das narrativas dos professores que atuam com crianças do público alvo da Educação Especial na Educação Infantil; b) videogravação no contexto da sala de aula regular; c) utilização das questões observadas e dos discursos como oportunidades para formação continuada; d) acompanhamento das ações da escola; e) transcrição das narrativas; f) categorização; g) proposição à prática pedagógica.

Para concluir as ideias apresentadas

Melhorar a qualidade da educação vai muito além da promoção de reformas curriculares, implica antes de tudo a criação de novas formas de organização do trabalho na escola, que não apenas se contraponham às formas contemporâneas de organização e exercício do poder, mas que constituam alternativas práticas possíveis de se desenvolverem e

de se generalizarem, pautadas não pelas hierarquias de comando, mas por laços de solidariedade, que proporcionem formas coletivas de trabalho, instituindo uma lógica inovadora no âmbito das relações sociais.

Referências

CÔCO, V; FERREIRA, E. B. Gestão na Educação Infantil e trabalho docente. **Retratos da escola/Esforce**. V.5, n.9, jul.-dez 2011, p.357-369.

JESUS, D. M. O que impulsiona a pensar pesquisa-ação colaborativa-crítica como possibilidade de instituição de práticas educacionais mais inclusivas. In: BAPTISTA, C. R; CAIADO, K. R. M; JESUS, D.M. (Org). **Educação Especial: um diálogo e pluralidade**: Porto Alegre:Mediação, 2008. p. 139-160.

KRAMER, S. Pesquisando infância e educação: um encontro com Walter Benjamin. In: KRAMER, S.; LEITE, M. I. (Org.). **Infância: fios e desafios da pesquisa**. Campinas: Papirus, p.13-38, 1996.

LEONTIEV, A. N. **Actividade, consciência e personalidade**. 1978. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ma000004.pdf>. Acesso em 20 de maio de 2013.

MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. **Escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006)**. Reunião Anual da Anped, GT-15, ANPED, 2010.

MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. Educação Infantil e educação especial: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. In: **Contra Pontos**: Revista Científica do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí -UNIVALI. Itajaí/SC, 2011.

MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. **Escolarização de alunos com deficiência: uma análise dos indicadores sociais no Brasil (1997-2006)**. Reunião Anual da Anped, GT-15, ANPED, 2010.

MELETTI, S. M. F.; BUENO, J. G. S. Educação Infantil e educação especial: uma análise dos indicadores educacionais brasileiros. In: **Contra Pontos**: Revista Científica do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade do Vale do Itajaí -UNIVALI. Itajaí/SC, 2011.

MENDES, Enicéia Gonçalves. O que fazem os educadores de creches com suas crianças com necessidades educacionais especiais. **Trabalho apresentado no XIII Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino**. Recife-PE, abril, 2006.

_____. **Inclusão marco zero: começando pelas creches**. Araraquara/SP: Junqueira & Marin Editores, 2010.

Pró-Discente: Caderno de Prod. Acad.-Cient. Prog. Pós-Grad. Educ., Vitória-ES, v. 19, n. 2, jul./dez. 2013

ROCHA, Rosanes. Educação especial: onde está a diferença?. In: SOUZA, Regina Célia de; BORGES, Maria Fernanda S. Tognozzi (Org.). **A práxis na formação de educadores infantis**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 61-71.

OLIVEIRA, Renata Imaculada. **Inclusão na educação infantil**: infância, formação de professores e mediação pedagógica na brincadeira da criança. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, 2007.

VICTOR, S. L. As produções acadêmicas em educação especial na educação infantil: análise da formação de professores. **Revista de Ciências Humanas**. Universidade Regional do Uruguai e das Missões. Programa de Pós-graduação em Educação, Mestrado em Educação, v.1, no.01. Ed.URI, 2012, p.79-97.

VIGOTSKI, L.S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 3 ed, 2005.